



Universidade Federal do Ceará
Pró-Reitoria de Graduação
Coordenadoria de Pesquisa e Acompanhamento Docente – CPAD
Divisão de Pesquisa e Desenvolvimento Curricular

FORMULÁRIO PARA CRIAÇÃO DE DISCIPLINAS

1. Curso: Direito		2. Código: 14 e 15	
3. Modalidade(s): Bacharelado(<input checked="" type="checkbox"/>) Licenciatura(<input type="checkbox"/>) Profissional(<input type="checkbox"/>) Tecnólogo(<input type="checkbox"/>)			
4. Currículo (Ano/Semestre): 2007.1			
5. Turno(s): <input checked="" type="checkbox"/> Diurno <input type="checkbox"/> Vespertino (<input type="checkbox"/>) <input checked="" type="checkbox"/> Noturno (<input type="checkbox"/>)			
6. Unidade Acadêmica: Faculdade de Direito			
7. Departamento: Direito Público			
8. Código PROGRAD: DB094			
9. Nome da Disciplina: DIREITO CONSTITUCIONAL III			
10. Pré-Requisitos: DB093 – DIREITO CONSTITUCIONAL II			
11. Carga Horária / Número de Créditos:			
Duração em Semanas: 16 Semanas	Carga Horária Semanal: 04 h/a		Carga Horária Total: 64 h/a
Teórica: <input checked="" type="checkbox"/>	Prática: <input type="checkbox"/>		
Número de Créditos: 04	Semestre: 4º		
12. Caráter de Oferta da Disciplina: <input checked="" type="checkbox"/> Obrigatória (<input checked="" type="checkbox"/>) <input type="checkbox"/> Optativa (<input type="checkbox"/>)			
13. Regime da disciplina: <input type="checkbox"/> Anual(<input type="checkbox"/>) <input checked="" type="checkbox"/> Semestral (<input checked="" type="checkbox"/>)			
14. Justificativa: Cuida-se de disciplina de caráter obrigatório a cobrir o conhecimento específico de parte da constituição federal de 1988 – dos artigos 145 ao final, com o qual o alunado terá oportunidade de dosar seu bacharelato de noções fundamentais do ordenamento jurídico nacional.			
Ementa: Princípios constitucionais da tributação e do orçamento. Da ordem econômica e financeira. Da ordem social. Das disposições constitucionais e transitórias			

16. Descrição do Conteúdo:

Unidades e Assuntos das Aulas Teóricas:	Semana	Nº de Horas-Aulas:
1.Organizacao economica e financeira do estado brasileiro	1 e 2	8
2.Evolução na teoria econômica do capitalismo nas sucessivas cartas magnas brasileiras e os entes federados.	3	4
3.Do estado do laissez-faire ao estado planejador. As pressões oriundas da questão econômica-tecnológica e social contemporânea. Aconstituicao econômica vigente.	4	4
4.A ordem jurídica nacional frente às concepções fundamentais do sistema capitalista e neo-liberal globalizado.	5	4
5.Da tributação e do orçamento – Do sistema tributário nacional. .Do STN- dos princípios tributários – das limitações ao poder de tributar – dos impostos da União, Estados e Municípios- Da repartição da receita tributaria da União.	6, 7 e 8	12
6 Das finanças publicas e dos orçamentos.	9	4
7.Da ordem econômica e financeira. Dos princípios gerais da atividade produtiva. Da política urbana, agrícola e de reforma agrária. Do sistema financeiro nacional	10, 11 e 12	12
8.Da ordem social. Disposições gerais. Da seguridade social. Da educação, da cultura e do desporto. Da ciência e tecnologia. Da comunicação social. A ordem cultural e o meio ambiente.	13, 14 e 15	12

17. Bibliografia Básica:

1. BONAVIDES, PAULO : Curso de direito constitucional, 20 ed., Malheiros, S. Paulo, 2008
2. CAPEZ, FERNANDO e outros: Curso de direito constitucional, Saraiva, S. Paulo, 2004
3. DA SILVA, JOSE AFONSO: Curso de direito constitucional positivo, 28 ed., Saraiva, S. Paulo, 2008
4. FROTA ARAUJO, FRANCISCO REGIS: Direito Constitucional Econômico e Tributário, ABC editora, Fortaleza, 2007
4. LENZA, PEDRO: Direito Constitucional esquematizado, 13 ed., Saraiva, S. Paulo, 2008
5. MACHADO, HUGO DE BRITO : Curso de Direito Tributário, 29 ed., Malheiros, São Paulo, 2007
6. MANUEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, Curso de Direito Constitucional, 25 ed., Saraiva, São Paulo, 1999.

7. MENDES, GILMAR e outros: Curso de Direito Constitucional, Saraiva, S. Paulo, 2007
8. MORAIS, ALEXANDRE : Direito Constitucional, 20 ed., Atlas Edit., S. Paulo, 2007
9. ROBERTO GRAU, EROS: Planejamento econômico e regra jurídica, Revista dos Tribunais, S. Paulo, 1977
- 10 TAVARES, ANDRE RAMOS: Curso de Direito Constitucional, 5 ed., Saraiva, S. Paulo, 2007

18. Bibliografia Complementar:

1. AFONSO DA SILVA, José - Aplicabilidade das normas constitucionais, 6 ed., Malheiros, S. Paulo, 2003
2. FROTA ARAUJO, Francisco Regis : Solidaridad constitucional en Brasil, 2 ed., AIADCE Edit., Fortaleza, 2005
4. JORGE MIRANDA: Teoria do Estado e da Constituição, Forense, Rio, 2002.
5. TAVARES, ANDRE RAMOS: Direito Constitucional econômico, 2 ed., Editora Método, S. Paulo, 2002

19. Avaliação da Aprendizagem:

São aplicadas duas avaliações parciais (APs) , em primeira e segunda chamadas divididas por uma semana, e uma Avaliação Final (AF), sendo permitidas e estimuladas avaliações a grupos de estudantes que podem desenvolver temas e apresentações em classes, com a ajuda do monitor e necessária presença do professor.

20. Observações:

21. Aprovação do Colegiado da Coordenação do Curso:

Nº da ata da Reunião: ____/____/____ | Data de Aprovação: : ____/____/____

Coordenador(a) de Curso
(Assinatura e Carimbo)

22. Aprovação do Colegiado Departamental:

Nº da ata da Reunião: ____/____/____ | Data de Aprovação: : ____/____/____

Chefe(a) do Departamento
(Assinatura e Carimbo)

23. Aprovação do Conselho de Centro / Faculdade / Instituto / Campus:

Nº da ata da Reunião: ____/____/____ | Data de Aprovação: : ____/____/____

Diretor(a)
(Assinatura e Carimbo)

23. Aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão:

Nº da ata da Reunião: ____/____/____ | Data de Aprovação: : ____/____/____

Presidente(a) do Conselho
(Assinatura e Carimbo)